



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na Comarca de Morrinhos /CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 36/2019/CGJCE**

**Desembargador Corregedor Geral da Justiça:**

Desembargador Teodoro Silva Santos



**Juiz Corregedor Auxiliar:**

**Dr. FERNANDO TELES DE PAULA LIMA**

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b> (dados coletados do FICOVI)	
Processo	<b>CPA:</b>
Unidade	VARA ÚNICA DE MORRINHOS
Entrância	INICIAL
Endereço	RUA MONSENHOR ATAÍDE,S/N, CENTRO.
Período da Correição	27/05/2019
Portaria	36/2019.

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Nome: FÁBIO DE MEDEIROS FALCÃO ANDRADE	Matrícula: <b>2328</b>
<input type="checkbox"/> Juiz de Direito <input type="checkbox"/> Juiz Substituto <input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Exercício cumulativo: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? RESPONDE PELA COMARCA DE MARCO E VARA ÚNICA DE BELA CRUZ.
Ingresso na Magistratura: 20/04/1998.	Ingresso na Vara:11/12/2018.
O juiz reside na Comarca?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL</b> (dados coletados do FICOVI)		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
FRANCISCO CARLOS RIOS ALVES		
<b>3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>02</b>
JOSÉ CÉLIO CARNEIRO		
JOSÉ GERARDO SABINO FILHO		
<b>3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
JOSÉ MARIA LAURINDO DE VASCONCELOS		
<b>3.4 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>

<b>3.5 CEDIDOS</b>		<b>TOTAL</b>
		<b>03</b>
MARIA GEYCIANE FONTELES		
MICHELE SOARES DO NASCIMENTO		
MIGUEL ARCANJO MARIANO		
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS</b>		<b>TOTAL</b>
		<b>00</b>
NÃO HÁ		
<b>3.7 ASSISTENTE</b>		
NÃO HÁ		
<b>3.8 SUPERVISOR</b>		
JOSÉ REGINALDO DE OLIVEIRA		

<b>4 DO PROMOTOR</b> (dados retirados do FICOVI)	
Nome: FRANCISCO ROBERTO CALDAS NOGUEIRA	Ingresso na Vara: 06/11/2017.
<input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARCO E 11º PROMOTORIA DE SOBRAL.

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b> (dados retirados do FICOVI)	
Nome: NÃO HÁ.	Ingresso na Vara:
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

<b>6 DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b> (dados coletados junto à Unidade Inspeccionada)
--



Competência:

Jurisdição Cível  
 Recuperações de Empresas e Falências     Família     Sucessões  
 Fazenda Pública     Registros Públicos  
Possui especialização?  Sim, qual?     Não

Jurisdição Criminal  
 Júri     Auditoria Militar     Delitos de Tráfico de Drogas  
 Execução Penal     Execução de Penas e Medidas Alternativas  
 Corregedoria dos Presídios  
Possui especialização?  Sim, qual?     Não

Jurisdição Especializada  
 Execução Fiscal     Crimes contra a ordem tributária     Infância e Juventude  
 Juizado Cível     Juizado Criminal     Juizado da Fazenda Pública  
 Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher  
Possui especialização?  Sim, qual?     Não

**6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL**

O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo?  
 Sim     Não

Possui acessibilidade?  Sim     Não

Estrutura física:  Ótima     Boa     Regular     Péssima

**Reclamações/constatações:**

**6.2 MOBILIÁRIO**

Mobiliário:	<input type="checkbox"/> Suficiente <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssimo

**Reclamações/constatações: O SUPERVISOR INFORMA QUE HÁ BASTANTE COISAS QUE FALTAM.**

**6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

Equipamentos à disposição:	<input checked="" type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Insuficiente
----------------------------	---

**Reclamações/constatações:**

**6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE**

Há falta de material de expediente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
-------------------------------------	--

**Reclamações/constatações: FALTA CAPAS DE PROCESSOS, PAPEL.**

<b>7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)</b>	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	08
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	02
Processos são cadastrados no CPA	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<b>8 DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há ações pendentes de distribuição?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição	

<b>9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
---	--

Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Como é feito?	

<b>10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA</b> (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Processos Físicos	<input type="checkbox"/> SAJ Físico
Processos Digitais	<input checked="" type="checkbox"/> SAJPG ( ) PJe

<b>11 DO ACERVO PROCESSUAL</b> (dados coletados do último relatório de inspeção e do FICOVI)	
Acervo na data da inspeção:2.399	
Acervo na última inspeção:1.465	
<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input checked="" type="checkbox"/> Aumentou
Diferença:934	

<b>12 PRODUTIVIDADE</b> (dados coletados do Sistema SEI)		
<b>12.1 Gestão de desempenho (Ano:2019)</b>		
Processos novos	223	
Processos pendentes de julgamento	2.084	
Processos julgados	109	
Processos pendentes de baixa	2.267	
Processos baixados	151	
Taxa de congestionamento	86,36%	
<b>12.2 Gestão do acervo (Mês:maio /Ano 2019)</b>		
Processos conclusos para sentença	179	
Processos julgados e não baixados	183	
Processos entrados no mês	36	
Processos julgados no mês	64	
<b>12.3 Processos prioritários</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	43
	Pendente de Baixa	44
Réu Preso	Pendente de Julgamento	10
	Pendente de Baixa	10
Doença Grave	Pendente de Julgamento	03
	Pendente de Baixa	03

<b>13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO</b> (dados coletados do sistema produtividade)
--

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 27/04/2019 a 27/05/2019
Despachos: 610
Decisões interlocutória no mês : 57
Sentenças com resolução de mérito:17
Sentenças sem resolução de mérito: 64
Sentenças de homologação de acordos: 16
Sentenças de Extinção de punibilidade:12
Suspeições e/ou impedimentos declarados : 0
Sessão do Júri:0
Audiências marcadas para o juiz:128
Audiências realizadas: 119
Autos conclusos para sentença há mais de 100 dias :17
Autos conclusos para ato judicial diverso de sentença há mais de 100 dias: 75
Improbidade Administrativa:0
Crimes Contra a Administração Pública: 0

--

<b>14 SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS</b> (dados coletados do FICOVI)	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS</b>	
Para Sentença	206
Para Decisão	0
Para Despacho	1139
Liminares Pendentes de análise	0
<b>14.2 PROCESSOS PARALISADOS</b> (dados coletados do SEI)	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 100 e 180 dias	127
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 365 dias	98
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 365 dias	<b>132</b>
Total	

<b>15 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS</b> (dados coletados junto a unidade inspecionada)	
<b>15.1 NA SECRETARIA</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input checked="" type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input checked="" type="checkbox"/> por matéria <input type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:

É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim- DA PARTE DA POLÍCIA , SIM. <input type="checkbox"/> não
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não FOI INTERDITADA- 07/01/2019. TODOS OS PRESOS FORAM TRANSFERIDOS PARA CPPL1
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto?
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Há conciliador nomeado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não Explique:
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Gestão de Pessoas</b>	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:07 SERVIDORES- 01 BACHAREL EM DIREITO	
<b>Satisfação do Cliente</b>	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>15.2 NO GABINETE</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	

Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input type="checkbox"/> sim, qual? <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim, período: <input checked="" type="checkbox"/> não
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
A divisão de trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SERASAJUD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O Sistac é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
<b>Gestão de Pessoas</b>	
Há Assistente designado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input type="checkbox"/> sim, quantos? <input checked="" type="checkbox"/> não

O Juiz estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	( ) sim, qual? ( X ) não
O Juiz realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	( ) sim ( X ) não, por que?

<b>16 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES</b> (dados coletados junto ao FICOVI)	
Total de Audiências realizadas	<b>659</b>
Audiências cíveis realizadas	<b>560</b>
Audiências criminais realizadas	<b>71</b>
Audiências infância e Juventude realizadas	<b>14</b>
Audiências de custódia realizadas	<b>14</b>
Processos aguardando a designação de audiências	<b>224</b>
Processos aguardando a realização de audiência	<b>178</b>
Audiência designada com a data mais distante	<b>26/08/2019.</b>
Tempo médio para realização das audiências	<b>60 dias</b>

<b>17 TRIBUNAL DO JURI</b> (dados coletados junto ao FICOVI)	
Quantidade de Processos	<b>55</b>
Juris realizados (últimos 12 meses)	<b>02</b>
Juris pendentes de realização	<b>0</b>
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	<b>13</b>
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	<b>12</b>

<b>18 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>18.1 CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
<b>0172647-34.2015.8.06.0001</b>	Trata-se de Carta Precatória Cível, autuada em 24/04/2019, com a finalidade de citação. Em 30/04/2019, despacho determinando o seu cumprimento. Foi expedido o mandado de citação em 10/05/2019. Aguardando a devolução do Mandado de Citação.
<b>0000669-51.2019.8.06.0129</b>	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória Cível, autuada em 29/03/2019, com a finalidade de proceder a penhora e avaliação em desfavor do executado. Precatória recebida em 03/04/2019. Em 16/04/2019, foi expedido o Mandado de penhora e avaliação. Aguardando a devolução do Mandado de Penhora e Avaliação.
<b>0000687-72.2019.8.06.0129</b>	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória Cível, autuada em 04/04/2019. Recebida e despachada em, 05/04/2019, com a finalidade de expedir o mandado de Penhora e Avaliação. Em 16/04/2019, foi expedido o respectivo mandado.

0000515-33.2019.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória Infracional, autuada em 10/01/2019. Em 14/01/2019, despacho determinando o encaminhamento do menor à Secretaria de Educação do Município. Ofício, às fls. 10, datado de 21/03/2019, da prefeitura Municipal de Morrinhos- Ce, com a informação de estar cumprindo a medida sócio- educativa.
0000643-53.2019.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória Cível, autuada em 13/03/2019. Em 01/04/2019, foi expedido o mandado de intimação. Aguardando a devolução do Mandado de intimação.
<b>18.2 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
00003553-29.2014.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Cautelar, autuada em 03/12/2014. Processo sentenciado em, 15/01/2015. Remetido ao TJCE em, 19/07/2016. Em 25/10/2016, foi encaminhado as peças digitais à Comarca de Morrinhos. Processo concluso desde 27/02/2018. À conclusão para impulso oficial.
00003566-23.2014.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Cautelar, autuada em 03/12/2014. Processo encaminhado ao TJCE , em 15/09/2015. Em 21/03/2016, foi julgado e dado baixa , encaminhado os autos à Comarca de Morrinhos. Despacho, em 26/02/2018, determinando a suspensão do processo por 30 dias. Processo concluso desde 07/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
00008739-91.2018.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Dano Moral, autuada em 24/07/2018. Audiência de Conciliação designada para a data de 13/03/2019. Processo concluso desde 19/03/2019. À conclusão para impulso oficial.
00003551-59.2014.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Cautelar autuada em, 03/12/2014. Processo concluso ao TJCE em, 08/01/2016. Julgamento e baixa do processo em, 12/04/2016. Processo concluso desde 07/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
00003545-52.2014.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Cautelar, autuada em 03/12/2014. Despacho em, 28/02/2018, determinando a suspensão do processo pelo prazo de 30 dias. Decorreu o prazo em, 05/06/2018, processo concluso desde 07/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
00002911-56.2014.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil. Benefício Previdenciário. Estatuto do Idoso . Autor requereu desistência, fls. 171.
0004442-12.2016.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil. Benefício Previdenciário. Acordo, homologado por sentença, em 29/04/2019.
00004440-42.2016.8.06.0129	Visto em Inspeção. Acordo entre as parte, homologado por sentença. Estatuto do Idoso.
0004554-78.2016.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil. Benefício Previdenciário. Estatuto do Idoso. Fase de alegações finais, em 29/04/2019.
<b>18.3 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:

Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
2711-54.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Concessão de salário maternidade, autuada em 22/-7/2011. Audiência realizada em 25/04/2018. Processo concluso desde 28/05/2018.
2749-66.2011.8.-6.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de uma Ação Executiva, autuada em 08/08/2011. Processo concluso desde 17/12/2018. À conclusão para o devido impulso oficial.
3017-81.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito, autuada em 28/05/2015. Em 19/11/2018, certidão do Supervisor , certificando que decorreu o prazo e nada foi apresentado pela requerente. Processo concluso desde 19/11/2018. À conclusão para o devido impulso oficial.
0003277-61.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Suspensão do Poder familiar, autuada em 05/11/2009. À Secretaria para cumprir o Parecer Ministerial , conforme despacho datado de 13/03/2019, às fls. 25.
2574-72.2011.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de União Estável, autuada em 10/06/2011. Audiência designada para a data de 25/05/2018, mas não consta o termo de audiência. Processo concluso desde 01/06/2018.0
<b>18.4 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
00002817-16.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 19/09/2011. Inicial recebida, em 19/09/2014 pelo Grupo de Auxílio a Meta 4, fls. 94/99. Feito paralisado desde 16/10/2018.
00002816-31.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 19/09/2011. Processo suspenso pelo período de 6 meses, em 16/10/2018, devendo ser dado impulso oficial.
00003253-04.2013.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 06/09/2013. Manifestação preliminar, fls. 149/160. Morosidade manifesta. Tramitação estagnada. Inicial, sequer recebida.
	Visto em Inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 11/10/2019. Feito paralisado, devendo ser dado impulso oficial.
0004692-45.2016.8.06.0129	Visto em Inspeção. Feito sentenciado sem resolução de mérito, 03/12/2018.
<b>18.5 PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0004811-06.2016.8.06.0129	Visto em inspeção. Ação popular com pedido liminar, protocolada em 23/11/2016. Feito paralisado desde 11/04/2016. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0003125-13.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Processo pronto para julgamento.

00004626-31.2017.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil Pública, protocolada , em 20/06/2017, paralisada, desde 26/09/2018. Feito paralisado desde 26/09/2018. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00003128-65.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil Pública, com pedido de liminar, protocolada em 05/08/2015. Pronta para julgamento. Feito paralisado desde 30/07/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00002984-62.2013.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Civil Pública, com pedido de liminar, protocolado, em 18/04/2013, último despacho, em 16/10/2018. Cobre-se resposta ao ofício de fls. 2017.
2007. 0015.9364-0	Visto em Inspeção. Ação Popular, protocolada , em 23/08/2007, com audiência de instrução e julgamento designada para o dia 24/06/2019.

#### 18.6 MANDADOS DE SEGURANÇA

Processos na fila:

Data ajuizamento do processo mais antigo:

Tempo médio de tramitação:

Processo	Movimentação
0000310-38.2018.8.06.0129	Visto em inspeção. Mandado de segurança, protocolado em 19/12/2018, devendo ser dado impulso oficial, com análise da liminar postulada.
00004727-68.2017.8.06.0129	Visto em inspeção. Mandado de segurança, protocolado em 13/07/2017, em fase inicial, sem análise da medida liminar.
00005211-83.2017.8.06.0129	Visto em inspeção. Mandado de segurança, protocolado em 22/11/2017. Feito sentenciado, sem resolução do mérito, em 28/11/2018.
0000236-81.2018.8.06.0129	Visto em inspeção. Mandado de segurança, protocolado em 13/11/2018, sem análise do pedido de liminar, paralisado, desde 27/03/2019.
	Visto em inspeção.

#### 18.7 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Processos na fila:

Data ajuizamento do processo mais antigo:

Tempo médio de tramitação:

Processo	Movimentação
00002831-58.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Adoção c/c destituição do pátrio poder, autuada em 20/02/2014. Audiência realizada em 21/03/2018. Processo concluso desde 18/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
00008540-69.2018.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de adoção c/c Guarda Provisória, autuada em 23/04/2018. Despacho em, 03/07/2018, determinando a expedição da Carta Precatória. À conclusão para impulso oficial.
00003084-46.2015.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Adoção c/c Destituição do Pátrio Poder, autuada em 26/06/2014. Último despacho em, 17/07/2018. Processo concluso desde 18/02/2019. À conclusão para impulso oficial.
00003133-58.2013.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Guarda c/c regulamentação de visitas, autuada em 13/06/2013. Audiência realizada em 30/07/2018, com sentença às fls. 86/89, proferida em audiência.

00003295-53.2013.8.06.0129	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Destituição do Poder Familiar c/c pedido de guarda, autuada em 17/07/2013. Último despacho em 14/03/2019. À Secretaria para cumprir os expedientes necessários , às fls. 77/78.
<b>18.8 PROCESSOS DE RELACIONADOS INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
00003207-15.2013.8.06.0129	Trata-se de Investigação de Paternidade autuada em, 01/10/2013. Decisão às fls. 48/49, em 29/03/2019. Expedido o mandado de prisão civil ,em 05/04/2019.
0000080-93.2018.8.06.0129	Trata-se de Investigação de Paternidade autuada em,31/08/2018. Despacho em, 15/04/2019, com a finalidade de citar o promovido. Foi expedido Carta Precatória. Precatória cumprida, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00004434-35.2016.8.06.0129	Trata-se de Investigação de Paternidade autuada em, 27/04/2016. Despacho às fls. 44, em data 29/03/2019, determinando a intimação da parte autora e ofício ao LACEN de Sobral. À Secretaria para informar sobre o ofício expedido. ]
008569-22.2018.8.06.0129	Trata-se de Investigação de Paternidade autuada em, 07/05/2018. Parecer do MP , às fls. 08, em 18/06/2018, pugnando pelo indeferimento da petição inicial. Feito concluso desde 04/07/2018,faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
<b>18.9 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000513-63.2019.8.06.0129	Visto em inspeção. Ação Penal. Réu preso em flagrante, em 08/01/2019. Ainda não houve recebimento da denúncia.
0000555-15.2019.8.06.0129	Visto em inspeção. Ação Penal. Réu Preso em, 28/01/2019. Denúncia recebida, em 07/03/2019.
00004417-62.2017.8.06.0129	Visto em inspeção. Crime capitulado no art. 157,§2º ,I do CPB. Denúncia ofertada em 29/06/2017. Denúncia recebida em 12/07/2017. Possível excesso de prazo.
0000073-04.2018.8.06.0129	Visto em inspeção. Réus presos em flagrante, no dia 28/08/2018. Denúncia ofertada, em 01/10/2018. Denúncia recebida , em 01/10/2018.
0008848-08.2018.8.06.0129	Visto em inspeção. Ação Penal. Réu Preso. Prisão ocorrida no dia 07/08/2018, data da prática do suposto delito. Denúncia ofertada no dia 23/08/2018 e recebida na mesma data, fls. 106. Deve ser dado impulso oficial, com urgência , a fim de evitar possível excesso de prazo.
<b>18.10 ALVARÁ JUDICIAL</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>

00002872-93.2013.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Alvará Judicial, autuado em 26/02/2013. Despacho em , 14/06/2017, determinando a intimação do representante jurídico da requerente. Processo concluso desde 19/02/2018. À conclusão para impulso oficial.
00005003-02.2017.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Alvará Judicial, autuado em 14/09/2017. Processo concluso desde 12/02/2019. Faça-se à conclusão para o devido impulso oficial.
00004428-28.2016.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Alvará Judicial, autuado em 27/04/2016. Despacho, às fls. 20, em data de 07/10/2016, determinando a intimação da parte requerente . Processo concluso desde 15/02/2019. Faça-se à conclusão para o devido impulso oficial.
0000177-93.2018.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Alvará Judicial, autuado em 17/10/2018. Despacho em 10/12/2018, para intimar o requerente. Processo concluso desde 15/02/2019. Faça-se à conclusão para o devido impulso oficial.
00004308-82.2016.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Alvará Judicial, autuado em 08/03/2016. Sentença às fls. 28/29. Alvará judicial para a liberação do veículo expedido em, 18/09/2017. Apelação às fls. 33/34, feito concluso desde 18/01/2018. 0
<b>18.11 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
00002993-92.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão na pauta de julgamento, desde 27/08/2014. Recomendação da Corregedoria, nesse sentido, não cumprida. Morosidade manifesta. Tramitação estagnada.
00002362-85.2010.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão na pauta de julgamento, desde 09/02/2017, fato, inclusive, registrado na última inspeção, em 19/10/2017.
00000161-57.2009.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão na pauta de julgamento, conforme já recomendado na última inspeção realizada em, 19/10/2017. Feito paralisado desde 19/10/2017. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00002376-35.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão em pauta de julgamento, desde 28/11/2017. Feito paralisado desde 28/11/2017, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00002811-38.2013.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Pronto para julgamento, conforme recomendado na última inspeção realizada , em 19/10/2017. Feito paralisado desde 19/10/2017. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
00003004-24.2011.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão em pauta de julgamento, desde 26/06/2017, conforme observado na última inspeção, em 19/10/2017. Feito paralisado desde 26/06/2017.

00002826-41.2012.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão em pauta de julgamento, desde 10/02/2015, Despacho lançado na última inspeção não cumprido. Morosidade manifesta.
00002314-29.2010.8.06.0129	Visto em Inspeção. Ação Penal . Processo pronto para inclusão em pauta de julgamento. Recomendação da Corregedoria não cumprida, na última inspeção de 19/10/2017. Tramitação estagnada. Morosidade manifesta.
<b>18.12 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000318-64.2008.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança autuada em 26/11/2008. Último despacho em 20/08/2014, determinando a intimação da parte autora. Processo concluso desde 10/10/2014. À conclusão para o impulso oficial, com a urgência que o caso requer.
00003312-89.2013.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais, autuada em 23/07/2013. Último despacho em 30/10/2017. Processo concluso desde 12/04/2018. À conclusão para o impulso oficial, com a urgência que o caso requer.
00003059-33.2015.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, autuada em 16/06/2015. Último despacho em, 03/10/2017. Processo concluso desde 30/11/2017. À conclusão para o impulso oficial, com a urgência que o caso requer.
00004345-75.2017.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reparação de danos Morais autuada em 03/03/2017. Audiência de Conciliação realizada em 30/11/2017. Processo concluso desde a data de 06/02/2018. À conclusão para o impulso oficial, com a urgência que o caso requer.
00003021-55.2014.8.06.0129	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer autuada em, 15/05/2014. Último despacho em, 07/11/2016. Processo concluso desde 01/02/2017. À conclusão para o impulso oficial, com a urgência que o caso requer.

<b>19 ESTABELECIMENTO PRISIONAL (dados coletados do FICOVI)</b>		
<b>19.1 INFORMAÇÕES GERAIS</b>		
Nome do Prédio	A cadeia pública foi desativada	
Endereço		
Quantidade de celas		
Capacidade de cada cela		
Existe cadastro/controlado de presos provisórios?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
<b>19.2 QUANTIDADE DE PRESOS</b>		
	Masculino	Feminino
Presos provisórios		
Regime Fechado		
Regime Semiaberto		
Regime Aberto		
<b>Total</b>		
<b>19.3 RECLAMAÇÕES</b>		



Dr. Jósimo Farias Filho, OAB/CE nº 27751, compareceu a Vara Única da Comarca de Morrinhos, informando a morosidade do Juizado Especial Cível, sem expectativa de finalização do processo. Reclama do prazo de 1 ano , para se realizar a audiência de Conciliação no Juizado Especial Cível.
O magistrado informa que indicou um Assistente Jurídico , mas até a presente data o processo ainda corre. Na Unidade não há Assistente Jurídico.

<b>20 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ</b> (dados coletados do FICOVI)	
<b>20.1 Meta 1</b>	
Até o mês de janeiro de 2019, foram distribuídos 32 processos (sem distinção entre conhecimento e execução) e julgados 08 processos (sem distinção entre processos de conhecimento e execução).	
<b>20.2 Meta 2</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	531
<b>20.3 Meta 4</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	12
<b>20.4 Meta 6</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	05
<b>20.5 Meta 8</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	<b>Não consta esta informação no SPROC.</b>

<b>21 PROJETOS</b> (dados coletados junto à Unidade inspecionada)	
<b>21.1 PROJETO PAI PRESENTE</b>	
Projeto está implantado: ( ) Sim ( x ) Não	Portaria de implantação:
Ações realizadas:	
<b>21.2 PROJETO DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO</b>	
Há unidades interligadas implantadas: ( ) Sim ( X ) Não	
Se não houver, como está ocorrendo o registro de crianças:	
<b>21.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	( X ) Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	( ) Sim ( X ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	( ) Sim ( X ) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	( ) Sim ( X ) Não

<b>22 NORMATIVOS IMPORTANTES</b> (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)		
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Aplicação</b>
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	( ) Sim ( X ) Não
Provimento nº 01/2019/ CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da	( X ) Sim ( ) Não



	Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	
Provimento nº 22/2018/ CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 17/2018/ CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 08/2018/ CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Provimento nº 06/2018/ CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 11/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 09/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Provimento nº 02/2017/ CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 05/2016/ CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Provimento nº 01/2016/ CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

④

<b>23 RECOMENDAÇÕES</b>	
<b>23.1</b>	Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2018, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º grau);
<b>23.2</b>	Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
<b>23.3</b>	Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais
<b>23.4</b>	Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;
<b>23.5</b>	Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, <i>ex officio</i> , o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;
<b>23.6</b>	Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado titular estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas.
<b>23.7</b>	Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.
<b>23.8</b>	Movimentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
<b>23.9</b>	Proceder o agendamento de data para realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim
<b>23.10</b>	Proceder a identificação e imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP, (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas), de modo a garantir que recebam tramitação prioritária;
<b>23.11</b>	Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018), de modo a garantir que recebam tramitação prioritárias;
<b>23.12</b>	Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação.

<b>24 CONCLUSÃO</b>	
<p><b>Unidade com problemas, mas sem necessidade de repercussões na esfera disciplinar, devendo ser feitas recomendações para que o magistrado saneie a vara, bem como fornecido prazo para mudanças:</b></p> <p>Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação</p>	



jurisdicional da Vara Única de Morrinhos não se encontra satisfatória.

Podemos perceber que os feitos não estão tramitando regularmente, não sendo observadas as recomendações feitas na última inspeção realizada pela CGJ, especialmente no que concerne aos processos de competência do Tribunal do Júri, os quais estão com tramitações estagnadas, tendo em vista que muitos feitos já estão prontos para inclusão em pauta de julgamento, fato inclusive observado na última inspeção realizada por esta Casa Censora, no ano de 2017 e, mesmo assim, continuam paralisados . Tal cenário, observa-se, também, nos processos inseridos na Meta 2 do CNJ.

Todavia, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que **a unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2 , Tribunal Popular do Júri, Estatuto do Idoso e Juizado Especial Cível, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo**, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2 do CNJ , Tribunal Popular do Júri e Juizado Especial Cível**, conforme já recomendado na inspeção da CGJ de 2017, **bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, informando uma previsão para julgamento daqueles feitos que já se encontram conclusos para esse fim, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Atualmente, responde pela Comarca de Morrinhos o Dr. Fábio Medeiros Falcão de Andrade, desde 11/12/2018, data em que foi nomeado para este mister . O Magistrado, ainda, responde concomitantemente pelas Comarcas de Marco e de Bela Cruz.

De acordo com as informações constantes do FICOVI, o cargo em comissão de Assistente Jurídico da Comarca de Morrinhos está vago, inobstante tenha o Dr. Fábio Medeiros Falcão de Andrade indicado, através do processo nº 8500051-90.2019.8.06.0167, o nome para ocupar o aludido cargo, encontrando-se o processo em fase de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



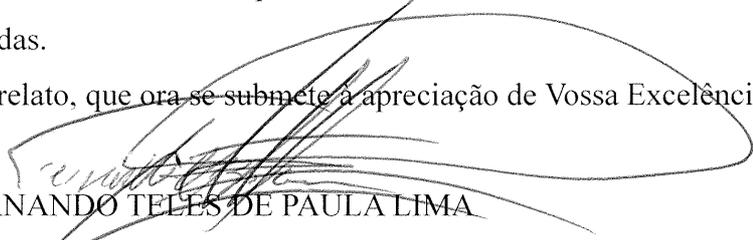
Portanto, constatou-se que, nesse momento, embora existam falhas na condução de determinados feitos, não antevejo como razoável o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar, em razão do pouco tempo do Magistrado à frente da Comarca e pelo fato deste responder por mais duas outras Unidades, com elevado acúmulo de serviço. As irregularidades verificadas, por sua vez, foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Percebo que os esforços do Magistrado à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do desempenho dos serviços judiciais, mesmo com o enfrentamento dos problemas acima citados. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, desde que haja a implementação das recomendações acima pormenorizadas, evitando-se o não comprometimento dos serviços ofertados pelo Judiciário à população local.

No entanto, deve esta Corregedoria, em prazo razoável, retornar a unidade, para nova inspeção judicial, com o intuito de proceder verificação da atuação do magistrado à frente da Comarca de Morrinhos.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, que, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve apresentar respostas as recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência



FERNANDO TELES DE PAULA LIMA

Juiz Corregedor Auxiliar



JOSÉ REGINALDO DE OLIVEIRA

Supervisor da Unidade Judiciária